



Encerradas as aulas teórico-presenciais do IV Curso de Formação Inicial de Juízes Substitutos, magistrados agora se preparam para a etapa final: módulo prático e avaliação de desempenho nas comarcas (p. 4)



Promotor Édson Resende ministrou aula sobre Jurisdição Eleitoral (p. 3)



Juiz João Saraiva falou dos direitos da criança e do adolescente (p. 5)



Desa. Maria Iraneide reuniu juízes que atuarão na Semana do Júri (p. 12)



Solenidade de aposição de fotos de ex-dirigentes da Esmec (p. 9)



56 monografias defendidas pelas atuais turmas de Especialização (p. 8)



Maria da Penha emocionou plateia em dois encontros na Escola este ano (p. 12)

Publicação destaca os primeiros onze meses de gestão do Desembargador Haroldo Máximo à frente da Esmec

No início de 2014, veio a público o relatório de gestão do primeiro ano da administração do desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido como presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE).

A publicação, intitulada *Judiciário em Foco*, dedicou duas páginas à atuação do desembargador Haroldo Correia de Oliveira Máximo como Diretor da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec).

Nas próximas linhas, o Esmec Notícias transcreve o resumo das principais atividades desenvolvidas pela Escola da Magistratura em 2013, conforme consta no relatório do TJCE.



No primeiro ano da gestão do Desembargador Haroldo Correia de Oliveira Máximo na direção da Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec), iniciada no dia 5 de fevereiro de 2013, a instituição investiu nas atividades de formação de juizes e de cursos, seminários e palestras voltados para o aperfeiçoamento de magistrados e servidores.

Em termos de normatização, a Escola foi reconhecida junto ao Conselho Estadual de Educação (CEE), estando apta a ministrar cursos de pós-graduação lato sensu até 2017, bem como emitir certificados de Especialista, conforme Parecer nº 1678/2013, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) de 27 de agosto de 2013.

Outra iniciativa da atual direção, que tem como coordenador o juiz Antônio Carlos Pinheiro Klein Filho, está sendo a atualização do Regimento Interno. A proposta encontra-se na Comissão de Regimento Interno e Assessoria Legislativa do Tribunal de Justiça do Ceará

(TJCE).

Outro importante marco legal, na opinião do desembargador Haroldo Máximo, foi a autonomia financeiro-orçamentária da Esmec, conforme Portaria nº 261/2013, publicada no Diário da Justiça Eletrônico (DJE) de 12/03/2013.

Quanto às ações acadêmico-pedagógicas e culturais, a Esmec está promovendo o IV Curso de Formação Inicial de Juizes Substitutos para 45 magistrados em processo de vitaliciamento, com 480 h/a e término previsto para agosto de 2014.

O desembargador considera importante ressaltar que, nesta edição do curso, estão sendo valorizadas as disciplinas práticas e teóricas, a partir de estudos de caso, bem como as atividades de residência judicial.

ENCONTROS

A Esmec foi palco de grandes encontros em 2013, como a palestra do jurista português Jorge Miranda (maio), a aula-espetáculo do escritor Ariano Suassuna (agosto), o II Seminário Internacional de Direitos da Mulher (setembro) e o IV Encontro da Magistratura Cearense (outubro).

O desembargador Haroldo Máximo ressalta que cursos de curta duração, defesa de monografias, lançamento de livros e outros eventos importantes marcaram o início da atual administração da Escola. Ele destacou também as atividades de inclusão social junto à comunidade do Dendê, que fica no entorno do prédio da Instituição.

O diretor da Esmec participou das reuniões do Colégio Permanente de Diretores das Escolas Estaduais de

Magistrados (Copedem), realizadas em Recife (16 a 18 de maio), Foz do Iguaçu (22 a 24 de agosto) e Natal (28 a 30 de novembro).

O magistrado representou o TJCE no V Encontro Nacional de Juizes Estaduais (Enaje), em Florianópolis (24 a 27 de outubro). Esteve no Encontro Nacional de Diretores de Escolas da Magistratura, em Vitória-ES (8 de novembro).

A Escola também marcou presença na reunião de coordenadores pedagógicos de escolas da magistratura, realizada em Brasília, promovida pela Enfam (29 a 31 de julho), e do I Encontro de Direito da Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte (Esmarn), em Natal (28 a 30 de novembro).

Houve o lançamento dos livros "Temas de Processo Penal", com artigos de professores e alunos do curso de Especialização em Direito Processual Penal" (26/04) e "Recursos Especial e Extraordinário no novo Código de Processo Civil: estudos em homenagem ao Professor José de Albuquerque Rocha" (03/10).

A Revista Themis, volume 9, referente a 2011, foi lançada em 5 de novembro e no dia 22 foi publicado edital, no Diário da Justiça, para recebimento de artigos destinados ao volume 10.

A Escola Superior da Magistratura do Ceará foi criada pela Lei nº 11.203, de 17 de junho de 1986. A missão é desenvolver a formação continuada de magistrados, servidores do Poder Judiciário e demais operadores do Direito, propiciando uma visão atualizada e crítica da ciência jurídica e de áreas afins. Localiza-se no edifício Des. Júlio Carlos de Miranda Bezerra, na rua Ramires Maranhão do Vale, nº 70, Água Fria, Fortaleza.

EXPEDIENTE



Diretor: Des. Haroldo Correia de Oliveira Máximo
Juiz Coordenador: Antonio Carlos Klein

Esmec Notícias

Editor: Anchieta Silveira (DRT 0756 - JP/CE)
Impressão: Depto. Editorial e Gráfico do TJCE

Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará
Rua Ramires Maranhão do Vale, nº 70, Água Fria
Tel. (85) 3492.9100 - Fax: (85) 3492.9134
Site: www.tjce.jus.br/esmec - E-mail: esmec@tjce.jus.br

Promotor Édson Resende ministrou curso sobre Jurisdição Eleitoral e destacou a importância da parceria nas eleições

Realizou-se nos dias 21 e 22 de fevereiro, no auditório da Esmec, o curso de Jurisdição Eleitoral, com aula inicial ministrada pelo professor Edson de Resende Castro, promotor de justiça de Minas Gerais.

A abertura do curso foi feita pelo desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes, Diretor da Escola Judicial Eleitoral do Ceará (EJE/CE). Representou a Esmec o seu Juiz Coordenador, Antonio Carlos Klein. O Diretor da instituição, desembargador Haroldo Correia de Oliveira Máximo, não pôde comparecer, mas esteve no dia 22/02 participando do encerramento do curso.

A mesa dos trabalhos, além dos nomes citados, contou com a participação dos juízes eleitorais Cléber de Castro Cruz (que representou a desembargadora Maria Iracema Martins do Vale, presidente do Tribunal Regional Eleitoral – TRE/CE), Joriza Magalhães Pinheiro e Paulo de Tarso Pires Nogueira.

O curso Jurisdição Eleitoral valeu como última disciplina teórico-presencial do IV Curso de Formação Inicial de Juizes Substitutos. Teve carga horária de 15 h/a e está em processo de credenciamento junto à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).

O desembargador Filgueira Mendes disse que as escolas judiciais têm o dever de conduzir o aluno a pensar o Direito, e não apenas derramar conhecimentos. Em relação à vocação do magistrado, afirmou que “antes de pensar na Magistratura, o juiz deve se preocupar em sua magnitude como ser humano. Se tiver essa preocupação, com certeza ele será um excelente juiz. Isso é o que sempre procurei adotar como julgador: ver o aspecto humano e ter sensibilidade na hora do julgar”.



Antonio Carlos Klein, Cléber Cruz, Édson Resende, Des. Filgueira Mendes, Paulo de Tarso e Joriza Magalhães.

O Diretor da EJE fez também comentários sobre legislação eleitoral, lembrando das preocupações de Machado de Assis com aspectos que, hoje em dia, ainda são criticados, como o excesso de recursos e a necessidade da “urna ir ao encontro do eleitor”.

Dando prosseguimento ao curso, no sábado (22/02) foi realizada uma mesa redonda, com a presença do desembargador Mendes e juizes eleitorais, quando se discutiu o tema “Princípios do Processo Civil aplicáveis à Jurisdição Eleitoral”. O encontro contou também com a participação do Corregedor Regional Eleitoral, desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes, que fez uma exposição sobre “A prática eleitoral, gestão estratégica e os cartórios eleitorais”.

PARCERIAS

No início de sua aula, o promotor Édson Resende disse que “embora seja do Ministério Público e esteja hoje falando na casa da Justiça, sempre achei que juizes, promotores e servidores são todos colegas, só que desempenhando papéis diferentes no sistema judicial, e precisam conviver da melhor forma possível”, notadamente em termos de justiça eleitoral.

Segundo ele, “é preciso que juizes,

promotores e servidores formem equipes de trabalho nas comarcas, para enfrentarem o processo eleitoral, porque é um desafio tremendo fazer eleições”. Para o promotor, “a função da Justiça

Eleitoral é muito diferente da função comum do juiz, que lida com a solução de conflitos processuais, porque o processo eleitoral começa antes do conflito, com a organização das eleições. O juiz deixa de ser magistrado de conflitos processuais para ser o promotor de um grande evento, que são as eleições, que eu considero a grande festa da democracia”.

“Essa festa não é fácil de ser organizada. Além do acirramento de ânimos entre candidatos, há muita gente que torce contra, que adota o lema do ‘quanto pior melhor’ em termos de organização das eleições. Tem muitos candidatos que justificam a derrota botando a culpa na desorganização da Justiça Eleitoral”, desabafou o palestrante.

Resende frisou que a Justiça Eleitoral tem na organização das eleições a sua principal atividade. “O Código Eleitoral se dedica muito mais às atividades do juiz como administrador, do que como controlador das eleições. No Brasil, o TRE cuida da organização e do controle judicial dos pleitos, o que não acontece em outros países, que possuem órgãos distintos para controlar e organizar. Os estrangeiros acham que esse modelo ou foi feito irresponsavelmente, ou não funciona. No entanto, para contrariar essa lógica, a Justiça Eleitoral brasileira prova que funciona. Melhor ainda, damos exemplo ao mundo. Lá fora, todos elogiam o modelo de eleição que fazemos no Brasil”, declarou.

Edson Resende é promotor eleitoral em Minas Gerais, coordenador do Centro de Apoio Operacional Eleitoral do MP/MG e professor de Direito Eleitoral na Universidade José do Rosário Vellano (Unifenas), no Centro Universitário de Belo Horizonte (UNI-BH) e na Pontifícia Universidade Católica (PUC-MG). É autor da obra “Teoria e Prática do Direito Eleitoral” e organizador do livro “Legislação Eleitoral”.



Des. Filgueira Mendes, ao microfone, fez a saudação ao convidado.

Aulas teórico-presenciais foram encerradas na Esmec e juízes agora se preparam para a avaliação nas comarcas

As aulas teórico-presenciais do IV Curso de Formação Inicial de Juízes Substitutos foram encerradas no dia 22 de fevereiro. Os magistrados vão agora ser submetidos a uma avaliação da prática judicial nas comarcas, que terá início em junho deste ano.

O IV Curso de Formação, iniciado em setembro do ano passado, teve um recorde de 45 magistrados inscritos. Além deste público específico, juízes já vitaliciados também participaram de algumas disciplinas (que também valeram como mini-cursos de aperfeiçoamento). Para estes, o certificado de participação valerá nas promoções por merecimento.

Todos os cursos foram credenciados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Ministro Sálvio de Figueiredo (Enfam).

As últimas disciplinas do Curso, ministradas em janeiro e fevereiro de 2014, foram as seguintes:

- 10 e 11/01 - Lógica e Argumentação Jurídica (15 h/a), ministrada pelo Prof. Dr. Rui Verlaine Oliveira Moreira.

- 17 e 18/01 - Psicologia Jurídica e Judiciária (15h/a), curso e seminário com exibição de filmes e mesa redonda com especialistas.

- 24 e 25/01 - Corregedoria de Justiça e Processo Administrativo Disciplinar (15 h/a), ministrada pelo Prof. Me. Marcelo Roseno de Oliveira.

- 31/01 e 01/02 - Sociologia do Direito e Antropologia Jurídica (15h/a), ministrada

pelo Prof. Dr. Edilson Baltazar Barreira Júnior. - 07 e 08/02 - Novos Direitos e Alterações Legislativas: Revisão de Contrato Bancário, Dpvat e outros temas (15 h/a), com o Prof. Aluísio Gurgel

- 14 e 15/02 - O Judiciário e a Duração Razoável do Processo (15 h/a), com o Prof. Me. Mário Parente, desembargador do TJCE - 21 e 22/02 - Curso Jurisdição Eleitoral (15 h/a), com o prof. Edson de Resende Castro (21/02) e mesa redonda (22/02)

Para os juízes do IV Curso de Formação que perderam algumas disciplinas a distância (realizadas ano passado) e teórico-presenciais (realizadas na Esmec), a Escola da Magistratura está abrindo turmas especiais, para que os magistrados não sejam prejudicados.

As três disciplinas (mini-cursos) na modalidade EaD, que totalizam 100 horas-aula, estão sendo reofertadas.

De 10 a 28 de fevereiro, os magistrados (além de servidores do Judiciário) participaram do curso Administração Judiciária. De 10 a 21 de março, será ofertado o curso Informática Aplicada à Jurisdição (20 h/a).

O curso sobre Improbidade Administrativa (40 h/a) será realizado futuramente, em parceria com a Enfam.

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Foi publicada na edição de 07/02/14, do Diário da Justiça, a Portaria da Esmec que regulamenta o acompanhamento e a avaliação das atividades práticas de

residência judicial, em parceria com a Corregedoria Geral de Justiça, e reconstitui a Comissão Permanente de Avaliação de Magistrados (CPAM).

A avaliação da prática judicial é a etapa final do IV Curso de Formação Inicial de Juízes Substitutos. Serão desenvolvidas atividades, de 200 h/a, nas próprias comarcas nas quais estiverem lotados os magistrados substitutos.

Tais atividades consistem na elaboração de decisões e sentenças, realização de audiências e envolvimento efetivo com situações práticas da atividade judicante e administrativa pelos juízes nas comarcas.

A Esmec já constituiu, em parceria com a Corregedoria Geral de Justiça, e designou a Comissão Multidisciplinar de Acompanhamento e Avaliação de Magistrados (conforme Portaria 11/2013), com o propósito de acompanhar, supervisionar e orientar a avaliação dos juízes em formação.

Todas as atividades avaliativas irão gerar relatórios que serão encaminhados, ao final de sua realização, à CPAM, a qual se reunirá para avaliar o desempenho de cada magistrado e a performance global da turma de cursistas, considerando as competências, habilidades e atitudes, especialmente no que concerne à ética e idoneidade moral.

A CPAM é composta pelos seguintes magistrados: Desembargador Mário Parente Teófilo Neto (Presidente), Desembargador Washington Luis Bezerra de Araújo, Juiz Emilio de Medeiros Viana, Juiz Antonio Carlos Klein e Juiz Marcelo Roseno de Oliveira.

Cursos são exibidos no programa televisivo Judiciário em Evidência

O programa "Judiciário em Evidência", que mostra as principais realizações da Justiça

estadual, vem exibindo, em suas edições semanais, reportagens sobre os cursos destinados a juízes substitutos (IV Curso de Formação).

Em fevereiro, o noticioso (apresentado nas Tvs Assembleia, O Povo e Fortaleza) trouxe importantes informações sobre os cursos "Sociologia do Direito e Antropologia Jurídica", ministrado na Esmec nos dias 31/01 e 01/02, pelo Prof. Dr. Edilson Baltazar Barreira Júnior, servidor do Tribunal de Justiça; e "O Judiciário e a Duração Razoável do Processo", ministrado pelo Prof. Mário Parente Teófilo Neto, desembargador do TJCE, nos dias 14 e 15/02.

Acesse todo o conteúdo do programa no site http://www.tjce.jus.br/servicos/servico_videos.asp e no YouTube.



O Juiz Coordenador da Esmec, Antonio Carlos Klein, fez a apresentação do Prof. Dr. Edilson Baltazar.

JUDICIÁRIO EM EVIDÊNCIA



João Saraiva ministrou curso sobre Direito da Infância e Juventude

Com o tema “Sistema judicial e a proteção dos direitos da criança”, foi realizado nos dias 12 e 13 de dezembro de 2013, no auditório da Esmec, o curso Direito da Infância e Juventude.

Ministrado pelo juiz aposentado João Batista Costa Saraiva, o curso teve 20h/a e foi credenciado junto à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), conforme Portaria nº 391/2013, sendo válido para fins de promoção por merecimento.

A apresentação do professor convidado ficou a cargo do juiz coordenador da Esmec, Antonio Carlos Klein.

João Saraiva falou sobre o trabalho árduo do juiz que lida com a infância e adolescência, a angústia do magistrado que milita na área, ao ver que não pode resolver com rapidez o litígio que envolve os menores. “O atendimento ao direito da criança depende do processo judicial, e muitas vezes esse processo não tem a velocidade que queremos. O tempo da vida e do processo infelizmente não são os mesmos.”

Ele citou a Convenção das Nações



Unidas do Direito da Criança (CDC), que inspirou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) brasileiro, condenando em seguida os críticos do ECA, aquelas pessoas para quem o Estatuto foi feito para proteger marginais, não recupera ninguém e a menoridade penal deveria ser revista.

“Nosso Estatuto não é uma invenção do legislativo, nem o resultado de mentes iluminadas do Congresso. É apenas uma versão brasileira da CDC, com algumas adaptações. Para a CDC, por exemplo, não existe a figura do adolescente, pois criança são todos abaixo dos 18 anos. Na maior parte dos países que assinaram a

Convenção, a adolescência começa aos 14 anos, mas no Brasil começa aos 12 anos”, explicou.

Segundo o magistrado, quem diz que a menoridade penal deve baixar não conhece a história. Na época de D. Pedro I, por exemplo, devido à baixa expectativa de vida, um adolescente com 14 anos já era adulto, daí a maioridade dada a D. Pedro II. Hoje em dia, com o aumento na expectativa de vida, João Batista acredita, em tom de exagero, que a adolescência poderá ir até os 30 anos. Isso para mostrar que a redução da maioridade é um equívoco, embora tenha feito questão de ressaltar ser contra a impunidade.

COLÓQUIO

Juizes debateram Indenização por Danos Morais

No dia 13/12, a Esmec promoveu o colóquio “Componente punitivo nas indenizações por danos morais”, coordenado por Jorge Di Ciero Miranda, Juiz de Direito da Vara Única do Trânsito de Fortaleza.

“A matéria é interessante porque se propõe a dotar os instrumentos jurídicos convencionais de ferramenta legítima de efetivação autônoma do Direito”, afirmou Ciero, que é também presidente da Comissão Permanente de Defesa das

Prerrogativas da Magistratura Cearense, da Associação Cearense de Magistrados (ACM). “Os Juizados reclamam muito por uma discussão mais ampla sobre indenizações por danos morais”, complementou o desembargador Mário Parente.

Jorge Di Ciero participou do Mestrado em Direito de Samford, universidade do Alabama (EUA) com a qual a Esmec mantém convênio de cooperação desde 2008.



Jorge Di Ciero.

PARCERIA

Esmec e Serviço de Treinamento do Tribunal de Justiça discutiram sistemática de inscrição de servidores nos cursos de aperfeiçoamento da Escola da Magistratura

Funcionários da Esmec e representantes do Serviço de Treinamento da Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE)

discutiram, no dia 11/02, a adoção de ações conjuntas em relação, sobretudo, às inscrições de servidores para os cursos ofertados pela Escola.

O encontro contou com a participação de funcionários da Secretaria e da Assessoria Pedagógica da Escola; do chefe do Serviço de Treinamento, Rômulo Justa; e do Analista Judiciário do Serviço de Treinamento, Joseton Silva dos Santos.

Dentre as parcerias acertadas, ficou decidido que o processo de inscrição de servidores para os cursos de aperfeiçoamento da Esmec se dará da seguinte forma:

I) O Serviço de Treinamento fará todas as pré-inscrições (através do e-mail cursos@tjce.jus.br), priorizando o público-

alvo do curso e se responsabilizando pelo controle na liberação do servidor por parte de sua chefia;

II) A relação dos pré-inscritos (com nome, matrícula e e-mail) será encaminhada à Esmec, que confirmará a inscrição (dando ciência aos inscritos);

III) O servidor fará o curso e, se tiver comparecimento e nota satisfatórios, terá direito ao certificado, emitido pela Esmec.

Outros temas importantes levantados nas discussões entre Esmec e Serviço de Treinamento - tais como os novos critérios para emissão de certidão de participação e certificado de conclusão de curso e a emissão dos certificados por meio físico e eletrônico (e-mail) -, ficaram para ser aprofundados em futuros encontros.



Esmec oferta vários cursos de aperfeiçoamento para magistrados e servidores em diversos campos do Direito

A Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec) está com uma série de cursos de aperfeiçoamento programada para os próximos meses, os quais se revestem de fundamental importância para os magistrados já vitaliciados, que queiram participar de futuras promoções por merecimento.

Os juízes do IV Curso de Formação, que já concluíram as disciplinas teóricas e estão aguardando apenas a avaliação nas comarcas, podem também aperfeiçoar seus conhecimentos com esses cursos.

Por seu turno, os servidores da Justiça estadual terão uma grande oportunidade de obter certificados de participação em cursos de qualidade, os quais contarão pontos valiosos nas progressões por desempenho.

A carga horária mínima dos cursos é de 15 h/a e as vagas disponíveis, geralmente 60, serão rateadas entre magistrados e servidores da Justiça estadual. Os magistrados devem sempre se inscrever pelo e-mail esmec@tjce.jus.br, e os servidores pelo cursos@tjce.jus.br.

Os cursos ou já foram credenciados pela Escola Nacional de

Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (Enfam), ou estão processo de credenciamento.

Promoções por merecimento

A participação de magistrados em cursos de aperfeiçoamento, credenciados pela Enfam, tem grande peso nos certames promocionais de juízes. A matéria, inclusive, é regulada pela Resolução nº 01/2011 da Enfam, que trata dos cursos de formação para ingresso na magistratura e os cursos de aperfeiçoamento para fins de vitaliciamento e promoção dos magistrados.

Em seu artigo 7º, a norma prevê que "O magistrado, para a promoção por merecimento, deverá cumprir, com aproveitamento, carga horária mínima de 20 (vinte) horas-aula semestrais ou de 40 (quarenta) horas-aula anuais, em curso de aperfeiçoamento, por ano em que permanecer em exercício na entrância, para a Justiça Estadual, e, no cargo, para a Justiça Federal. Parágrafo único. Não poderá haver aproveitamento de um mesmo curso para diferentes promoções".

RELAÇÃO DOS PRÓXIMOS CURSOS QUE SERÃO REALIZADOS NA ESMEC

13/03 - **Adoção, Medidas Protetivas e Responsabilidade Parental** (15 h/a), com a participação do promotor de justiça Sávio Bittencourt (RJ) e outros convidados. São 30 vagas para magistrados, 70 para servidores e 200 para o público externo.

14 e 15/03 - **Técnicas de Interrogatório** (15 h/a), será ministrado pelo Juiz Coordenador da Esmec, Antonio Carlos Klein. Estão sendo ofertadas 30 vagas para magistrados e 30 para servidores da Justiça estadual.

Dias 21, 22, 28 e 29/03 - **Direito de Família: Temas Atuais** (30 h/a), com a profa. Hérica Janayna Bezerra de Menezes. As 100 vagas para a Justiça estadual já foram todas preenchidas.

04/04 - **Guarda no Direito de Família** (8 h/a), com o prof. Rodrigo da Cunha Pereira, destinado a juízes das varas de Família.

04 e 05/04 - **Deontologia e Formação Ética do Magistrado** (15 h/a), a ser ministrado pelo prof. Emílio Viana, Juiz Auxiliar da Presidência do TJCE. Serão abertas 30 vagas para magistrados e 30 para servidores da Justiça estadual.

11 e 12/04 - **Mandado de Segurança** (15 h/a), com o Desembargador Alexandre Câmara (TJRJ). Parceria Esmec-Jurisdíctio. As vagas de magistrados já estão preenchidas. Servidores do Judiciário terão 50% de desconto.

04 e 05/04 - **II Seminário Cinema, Literatura e Direito: Humanismo em Três Atos** (valerá como curso de 15 h/a), com a participação do desembargador Durval Aires e dos juízes Mantovanni Colares, Jorge DiCiero, Lia Moreira e Jaime Medeiros.

25 e 26/04 - **Hermenêutica Jurídica** (15 h/a), com a profa. Haradja Torrens. Estão sendo ofertadas 30 vagas para magistrados e 30 para servidores da Justiça estadual.

05 a 08/05 - **Latim Jurídico** (15 h/a), com o prof. Carlos Campolina.

09 e 10/05 - **Relações Interpessoais e Interinstitucionais** (15 h/a), com a profa. Maria de Fátima Neves. Serão ofertadas 30 vagas para magistrados e 30 para servidores da Justiça estadual.

16 e 17/05 - **Filosofia do Direito** (15 h/a), que será ministrado pelo prof. Flávio Moreira Gonçalves. Serão 30 vagas para magistrados e 30 para servidores da Justiça estadual.

23 e 24/05 - **Impactos Econômicos, Sociais e Políticos das Decisões Judiciais** (15 h/a), que será ministrado pela juíza Joriza Magalhães Pinheiro. Serão ofertadas 30 vagas para magistrados e 30 para servidores da Justiça estadual.

30 e 31/05 - **Aperfeiçoamento em Direito Registral Imobiliário e Notarial - Registro Público** (40 h/a - sendo 20 h/a nestes dois dias e o restante em data a definir), a ser ministrado pelo desembargador Paulo Aírton Albuquerque Filho. Serão disponibilizadas 30 vagas para magistrados e 30 para servidores da Justiça estadual.

SEGUNDO SEMESTRE

Para o segundo semestre de 2014, alguns cursos já estão sendo estruturados. Veja a seguir alguns deles, sujeitos a alterações:

- **Dosimetria da pena e alternativas penais**, nos dias 01, 02, 08 e 09 de agosto, (60 vagas), com os professores Carlos Largura e Haroldo Máximo.

- **Técnicas de tratamento adequado de conflitos**, dias 19 e 20 de setembro, (60 vagas)

- **Humanismo em Nove Lições**, de 8 a 12 de dezembro, em parceria com a Escola Nacional de Magistratura (ENM).

MAIS INFORMAÇÕES NO SITE www.tjce.jus.br/esmec

Seminário Adoção, Medidas Protetivas e Responsabilidade Parental acontece dia 13/03

Será realizado no auditório da Esmec, em parceria com o jornal O Estado, no dia 13 de março, de 8 às 18 horas, o seminário "Adoção, Medidas Protetivas e Responsabilidade Parental". Um dos convidados é o professor Sávio Renato Bittencourt, promotor de justiça do Rio de Janeiro, autor dos livros "Manual do Pai Adotivo" e "A Revolução do Afeto: dez passos para a felicidade".

A obra "Manual do Pai Adotivo" foi objeto de um vídeo, patrocinado pela Petrobrás e pelo Governo Federal, disponível na internet. Seu autor criou projeto na área de adoção, chamado Um Lar Para Todos e participa do Quintal de Ana (site: <http://www.quintaldeana.org.br/>).

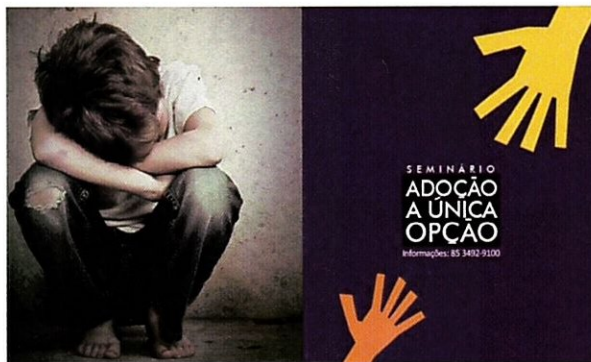
Estão sendo ofertadas 300 vagas, sendo 30 para magistrados, 70 para funcionários da Justiça estadual e 200 para o público externo. A inscrição será feita mediante a doação de uma lata de leite em pó, que deve ser entregue na Secretaria da Esmec até a abertura do seminário, alimentos que, a exemplo do que ocorreu em eventos anteriores, serão destinados ao programa de inclusão social da comunidade do Dendê, instituído pela Esmec.

O público-alvo é formado por magistrados e servidores que atuam nas varas de infância e adolescência, Família e na Cejai.

Magistrados devem se inscrever pelo e-mail esmec@tjce.jus.br e servidores da justiça estadual pelo [cursos@tjce.jus.br](mailto: cursos@tjce.jus.br).

Os inscritos que tiverem um mínimo de 75% de comparecimento ao seminário terão direito a certidão de participação, correspondendo a uma carga horária de 10 h/a. Já aqueles que desejarem um Certificado de curso de aperfeiçoamento em Adoção, além da frequência mínima de 75%, necessitarão fazer um trabalho extra, cujo teor e prazo para a entrega serão divulgados durante o seminário. Essa tarefa valerá 5 h/a que, somadas às 10 horas do seminário, dará direito a um Certificado de 15 h/a.

O curso já está em processo de credenciamento junto à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam)



PALESTRAS:

Direito à família

Palestrante: Sávio Bittencourt (RJ) - Procurador da justiça e autor dos livros: Manual do Pai Adotivo, Nova Lei da Adoção e Revolução do Afeto.

Uma experiência real em prol da convivência familiar e comunitária: Quintal de Ana e os grupos de apoio à adoção

Palestrante: Bárbara Toledo (RJ) - Advogada e Presidente da Associação Nacional dos Grupos de Apoio a Adoção - ANGAAD.

A busca ativa de adotantes como estratégia para a garantia do direito à convivência familiar e comunitária

Palestrante: Eliana Bayer (RJ) - Psicóloga, do Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro vara da Infância, da Juventude e do idoso da comarca de Teresópolis.

O papel da Defensoria Pública na proteção de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade

Palestrante: Tibério Melo (CE) - Defensor Público do Núcleo de Atendimento da Defensoria e Infância e Juventude - NADJI.

A celeridade nas ações de destituição de poder familiar: o princípio da duração razoável do processo e o melhor interesse da criança

Palestrante: José Antonio Daltoé Cezar (RS) - Desembargador, criador do primeiro Cadastro Eletrônico para Adoções e Abrigagens no Brasil, publicou em 2007 a obra "Depoimento sem dano, uma alternativa para inquirir crianças e adolescentes nos processos judiciais".

Esmec e Fesac promovem curso Direito de Família: Temas Atuais

A Esmec, em parceria com a Fundação Escola Superior de Advocacia do Estado do Ceará (Fesac), promove o curso de aperfeiçoamento "Direito de Família: Temas Atuais", nos dias 21, 22, 28 e 29 de março.

O curso terá 30 horas/aula e está em processo de credenciamento junto à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - Ministro Sávio de Figueiredo (Enfam). Os certificados receberão a chancela da Esmec e Fesac.

Foram disponibilizadas 100 vagas para magistrados e funcionários do Judiciário estadual (efetivos, comissionados, terceirizados e estagiários) e 200 para advogados e seus estagiários, que precisarão se inscrever junto à Fesac.

O curso será ministrado pela professora Hérica Janayna Bezerra de Menezes Marques, Mestre em Direito Constitucional nas Relações Privadas pela Universidade de Fortaleza. Ela também é advogada e docente de Direito das Famílias e Direito das Obrigações na Unifor.

Serão abordados no curso os seguintes temas: responsabilidade parental, pluralidade das relações familiares, medidas de proteção para os idosos (competência civil ou familiar?), direito das famílias paralelas, dentre outros.

Mais informações:

Esmec: (85) 34929114 / 34929100

site www.tjce.jus.br/esmec

Fesac: (85) 3272 1707

site www.fesac.org.br

Curso de Xadrez aos sábados

Começa dia 15/03, na Esmec, o Curso de Xadrez, a ser ministrado pelo professor Luiz Fernando Barros. Estão sendo ofertadas 28 vagas gratuitas, sendo 14 para magistrados e 14 para servidores (efetivos e comissionados), extensivas a seus filhos.

Juízes e desembargadores devem se inscrever (ou indicar o nome do filho que tenha interesse em fazer o curso) pela e-mail esmec@tjce.jus.br, devendo informar nome completo, lotação/vara e telefone para contato.

Já para os servidores (ou filhos), a inscrição está a cargo do Serviço de Treinamento do TJCE (cursos@tjce.jus.br).

O curso será desenvolvido ao longo de oito sábados, com duas horas de duração em cada encontro (9 às 11h).

Fernando Luiz Pinheiro Barros é Juiz de Direito da 7ª Vara Cível de Fortaleza. Tem 36 anos de experiência no tabuleiro. Segundo ele, o xadrez ajuda a desenvolver o raciocínio, prevenir o mal de Alzheimer e melhorar o desempenho educacional. O magistrado defende um maior incentivo à prática do xadrez nas escolas. Ele chegou a disputar a semifinal do Campeonato Brasileiro de Xadrez e foi bicampeão cearense por equipes.



Escola da Magistratura sedia mais uma edição do curso preparatório ao Mestrado e Doutorado em Direito

A Esmec, em parceria com a Cathedra Cursos Jurídicos, realiza de 22/02 a 07/06 mais uma edição do curso sobre Teoria do Direito, que servirá como preparação para o processo seletivo do Mestrado e Doutorado em Direito das Universidades Federal do Ceará (UFC) e de Fortaleza (Unifor).

O curso terá carga horária de 60 h/a e as aulas serão ministradas em sábados alternados, no horário de 8:30 às 11:30 e de 14:30 às 17:30, num total de 10 encontros.

Nas duas primeiras edições do curso, os alunos que fizeram o preparatório na Esmec obtiveram um expressivo percentual de aprovação.

Para o Mestrado da UFC de 2012, dos 25 candidatos aprovados, 17 fizeram o curso de preparação na Esmec (representando 68% de aprovação). Para a edição de 2013, foram 16 cursistas aprovados (significando a

conquista de 64% das vagas).

Além da preparação específica para a pós-graduação strictu sensu, o curso tem gerado efeitos positivos na atuação dos vários profissionais que dele participam (magistrados, advogados, servidores do Judiciário e demais graduados em Direito), contribuindo para uma melhor aplicação dos institutos da Teoria Geral do Direito na vivência judiciária.

Disciplinas ofertadas: Hermenêutica Filosófica e Clássica, Hermenêutica Constitucional, Teoria dos Direitos Fundamentais, Direitos Fundamentais e Relações Privadas, Teoria da Constituição, Metodologia da Pesquisa e Projeto, Teoria da Democracia, Teoria Pura do Direito, Controle Jurisdicional de Políticas Públicas, Teoria da Norma Jurídica e Teoria Geral do Direito.

Atuais turmas dos cursos de Especialização são encerradas com 56 monografias defendidas (53 aprovações e 3 reprovações)

As cinco atuais turmas dos cursos de pós-graduação lato sensu da Esmec foram encerradas no dia 25/02, com o expressivo número de 56 trabalhos monográficos defendidos, sendo 16 em 2013 e 40 somente nos dois primeiros meses de 2014.

Dos 56 alunos que apresentaram suas monografias, 53 lograram aprovação e outros três foram reprovados.

As aulas das referidas turmas de Especialização tiveram início em agosto de 2011. A carga horária foi de 390 h/a. Ao contrário de anos anteriores, quando o trabalho de conclusão de curso poderia ser um artigo científico, ficou estabelecido pela Direção da Esmec que a concessão do diploma de Especialista só seria possível, doravante, com a defesa de monografia, e sua consequente aprovação.

As 56 monografias citadas anteriormente foram defendidas pelos alunos dos seguintes cursos:

- Especialização em Direito Constitucional - Turma VII
- Especialização em Direito e Processo Eleitoral - Turma IV
- Especialização em Processo Civil e Gestão do Processo - Turma III
- Especialização em Direito Público - Turma II
- Especialização em Direito Processual Penal - Turma II

PRÓXIMAS TURMAS

Na reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) da Esmec, realizada no dia 01/04/2013, ficou decidido que as próximas turmas dos cursos de pós-graduação lato sensu serão nas seguintes áreas: Direito Constitucional (VIII), Processo Civil e Gestão do Processo (IV), Direito e Processo Eleitoral (V) e Processo Penal (III). O curso de Especialização em Direito Público não será mais ofertado.

Foi sugerido que a disciplina "Magistratura: vocação e desafios", idealizada pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), deverá ser ofertada para todas as quatro turmas futuras de Especialização. Outra proposta diz respeito aos Seminários Especiais que, além de incorporarem as temáticas dos cursos ofertados, deverão explorar conteúdos de Direito Ambiental.

Em relação à abertura de novas turmas dos cursos de Especialização, a Esmec orienta os interessados a manterem-se atentos ao site da Escola, pois a previsão é que o Edital seja publicado no próximo semestre.



Ricardo Barreto



Lara Brígido



Katarina Karol



Livia Costa



Breno Timbó



Rachel Girão

Des. Lincoln Araújo e juiz Emílio Viana são homenageados em solenidade de aposição de suas fotos como ex-dirigentes da Esmec

Foi realizada no dia 28/01 a solenidade de aposição das fotos do desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva (atual Vice-presidente do Tribunal de Justiça do Ceará - TJCE) na Galeria dos Ex-Diretores da Esmec, e do juiz auxiliar da Presidência do TJCE, Emílio de Medeiros Viana, na Galeria dos Ex-Coordenadores da instituição.

Lincoln Araújo foi Diretor da Esmec de 23 de julho de 2010 a 31 de janeiro de 2013, e Emílio Viana coordenou a Escola de março de 2011 a janeiro de 2013.

A solenidade foi presidida pelo Diretor da Esmec, desembargador Haroldo Correia de Oliveira Máximo. Prestigiaram também o ato solene o Juiz Coordenador da Esmec, Antonio Carlos Klein, familiares do juiz Emílio Viana e funcionários da Escola.

DEPOIMENTOS

“Saiba, desembargador

Lincoln, que estou muito feliz e grato por ter sucedido vossa excelência na direção desta Escola. Nesse pouco tempo que estou á frente da instituição já pude perceber o quanto a Esmec é conhecida e respeitada lá fora. Agradeço por tudo que vossa excelência fez por esta Escola”, afirmou o desembargador Haroldo Máximo.

“Fiz questão que esta solenidade fosse marcada pela simplicidade, pela falta de protocolo, porque simplicidade foi a marca de nossa gestão, minha e do

doutor Emílio Viana, na direção da Esmec. Sinto-me bastante honrado, e ao mesmo tempo envaidecido, de pertencer à Galeria dos Diretores da Esmec, figurando ao lado de tão ilustres desembargadores que comandaram, no passado, esta instituição. Procurei fazer o melhor que pude para que a Escola continuasse sendo esse centro de saber que todos conhecem. Podem estar certos de que na Esmec passei um dos momentos mais felizes de minha vida”, revelou o desembargador Lincoln.



Desembargadores Lincoln Araújo e Haroldo Máximo.



Juizes Antonio Carlos Klein e Emílio Viana.

JUIZADOS ESPECIAIS

Desembargadores apresentam minutas de resoluções durante colóquio na Esmec

No dia 13/12, por ocasião do colóquio “Componente punitivo nas indenizações por danos morais” que acontecia na Esmec, os desembargadores Paulo Camelo Timbó e Mário Parente Teófilo Neto apresentaram minutas de duas propostas de Resolução, uma versando sobre critérios de substituição dos juizes das Turmas Recursais e outra instituindo a função do Juiz Leigo no Estado.

“As propostas foram elaboradas pela Coordenadoria dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, presidida pelo desembargador Paulo Timbó. Vamos apresentá-las aos colegas juizes e coletar sugestões, antes de submeter à Presidência do Tribunal de Justiça”, afirmou o desembargador Mário Parente, que é presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) da Esmec. O magistrado informou também que a Coordenadoria iniciou um projeto de encontros periódicos com juizes, para tratar de temas teóricos do Direito e assuntos administrativos.

Dentre os juizes que prestigiaram o evento estavam Ricardo de Araújo Barreto (ex-presidente da Associação Cearense de Magistrados – ACM) e Antônio Alves de Araújo (atual presidente da ACM).

NOVO ENCONTRO – Os desembargadores voltaram a se reunir na Esmec, no dia 07/02, juntamente com juizes, assessores e servidores dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECC), para debater os problemas enfrentados pelos JECC, os desafios e as melhorias nas condições de trabalho.



Reunião de 13/12/13.



Encontro de 07/02/14.

Representantes da Editora Revista dos Tribunais visitam Diretor da Esmec

O desembargador Haroldo Correia de Oliveira Máximo, Diretor da Esmec, recebeu em seu gabinete, dia 19/02, as divulgadoras da Editora Revista dos Tribunais, de São Paulo, Rita Moura e Isabel Miguel. Presente também ao encontro o Juiz Coordenador da Esmec, Antonio Carlos Klein. Foi discutida a viabilidade de futuras parcerias, com a possibilidade da Esmec receber autores de obras editadas pela RT, para aqui ministrarem palestras e lançarem seus livros.



Des. Haroldo Máximo, Rita Moura, Isabel Miguel e Antonio Carlos Klein.

MESTRADO

Desembargador Haroldo Máximo representará a Esmec no 35º Encontro do Copedem



Foto oficial da 34ª reunião do Copedem, realizada ano passado em Natal-RN.

O desembargador Haroldo Correia de Oliveira Máximo, Diretor da Esmec, estará representando a Instituição durante a 35ª reunião do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais de Magistratura (Copedem), que acontece de 13 a 15 de março de 2014, na cidade de Sorriso-MT.

O tema do encontro será "Implantação de um Sistema de Mestrado Profissional", o qual motivará um debate a cargo dos professores Vladimir Silveira e André Lemos Jorge.

ENCONTRO ANTERIOR – O Diretor da Esmec esteve também participando da 34ª reunião do Copedem, ocorrida de 28 a 30 de novembro de 2013, em Natal-RN. Este encontro foi focado no curso de formação inicial de juizes, mas discutiu também mestrado profissionalizante e boas práticas no Judiciário.

GAM

Esmec cumpre 100% das metas fixadas para o segundo semestre de 2013

A Esmec cumpriu 100% de suas metas setoriais estabelecidas para o 2º semestre de 2013, para fins de percepção da

Gratificação por Alcance de Metas Estratégicas (GAM), conforme consta na Portaria nº 49/2014, publicada no Diário da

Justiça de 17/01/2014.

A Portaria divulgou, em seu anexo único, os resultados da avaliação de desempenho das unidades administrativas e judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Ceará, relativa ao cumprimento das metas do 2º semestre de 2013.

Os resultados da Esmec, referentes a cada uma das chefias da Escola, podem ser conferidos no quadro ao lado.

UNIDADE	ÍNDICE DE ALCANCE DAS METAS (IAM - %)	GAM (%)
ESCOLA SUPERIOR DE MAGISTRATURA - ESMEC	100	30
DIRETORIA GERAL DA ESMEC	100	30
ASSESSORIA PEDAGÓGICA DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA	100	30
SECRETARIA EXECUTIVA DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA	100	30
DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE	100	30
SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO DE CURSOS	100	30
SERVIÇO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	100	30
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE APOIO	100	30

METAS ESTRATÉGICAS PARA 2014

No Diário da Justiça de 30/12/13 foi publicada a Portaria nº 1931/2013, fixando os indicadores e as metas setoriais da Esmec para a concessão da GAM no exercício de 2014.

Veja ao lado as 9 determinações a serem seguidas pela Escola este ano.

UNIDADE	ÍNDICE DE ALCANCE DAS METAS (IAM - %)	GAM (%)			
Escola Superior da Magistratura do Ceará (ESMEC)	GERAL*	Número de cursos ofertados	Número de cursos de aperfeiçoamento ofertados em, pelo menos, duas temáticas diferentes das ofertadas pela ESMEC nos últimos dois anos.	Ofertar, por semestre, pelo menos 4 (quatro) cursos de aperfeiçoamento, perfazendo 60h/a	2
	GERAL*	Índice de satisfação na avaliação de reação	% de satisfação obtida nas avaliações de reação dos cursos ofertados	85% de satisfação nos cursos realizados	2
	GERAL*	Quantitativo de eventos culturais realizados	Número de eventos culturais realizados sobre temática não jurídica	Realizar, pelo menos, um evento cultural por semestre	2
	GERAL*	Índice de avaliações positivas na pesquisa de satisfação dos usuários da biblioteca	% de avaliações positivas na pesquisa de satisfação dos usuários da biblioteca	90%	2
	GERAL*	Quantidade de boas práticas implantadas	Implantar, menos menos, 02 (duas) boas práticas de gestão a cada ano.	uma pratica por semestre	1
	GERAL*	Quantitativo de matérias institucionais positivas publicadas	Total de matérias institucionais positivas originadas na unidade e publicadas pela Ascom	6 matérias institucionais positivas originadas na unidade, e publicadas pela Ascom, por semestre	1
	GERAL*	Índice de redução do consumo de papel ofício	Reduzir o consumo de papel ofício por semestre	10% no semestre	1
	GERAL*	Índice de redução do consumo de copo descartável	Reduzir o consumo de copo descartável por semestre	5% no semestre	1
	GERAL*	Percentual de servidores capacitados em competências estratégicas	Percentual de servidores com capacitação em competências estratégicas (mínimo de 20 horas por servidor)	50% no ano, sendo, no mínimo, 20% no 1º semestre	1

Juízes recebem esclarecimentos sobre a I Semana Nacional do Júri

Juízes da área criminal de diversas comarcas do Interior cearense, que atuam nas sedes ou também respondem por vinculadas, estiveram participando no dia 14/02, no auditório da Esmec, de uma reunião de preparação para a I Semana Nacional do Júri, que será realizada de 17 a 20 de março.

A reunião foi comandada pela desembargadora Maria Iraneide Moura Silva, Coordenadora Estadual da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp) e organizadora da Semana. Integraram também a mesa dos trabalhos os juízes Antonio Carlos Klein (coordenador da

Esmec) e Emílio de Medeiros Viana (auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça).

Os magistrados receberam orientações sobre como atuar durante a Semana do Júri, que foi concebida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), após constatar o grande número de ações criminais ainda não julgadas na Primeira Instância de todo País. “Temos em nosso Estado mais

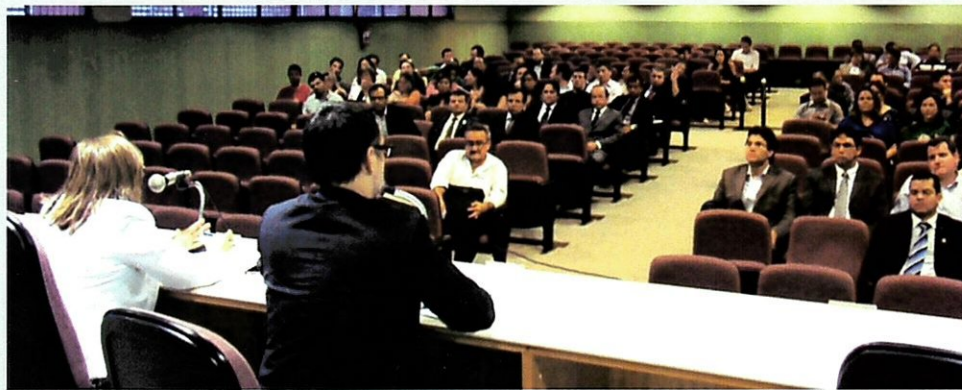


Juízes Antonio Carlos Klein e Emílio Viana, e Des. Maria Iraneide.

de cinco mil processos de crimes dolosos pendentes de julgamento, e essa grande quantidade não é só problema do Ceará. Acontece em todo Brasil”, afirmou a Desembargadora.

Ela pediu que os juízes, em suas comarcas, busquem atuar em parceria com promotores, defensores públicos e os servidores das varas, para que a pauta de julgamento de processos do Júri seja cumprida, e a Semana ocorra da melhor forma possível, redundando em benefícios para a população.

A orientação para os magistrados que participarão da Semana é que priorizem os processos de réus presos e aqueles que integram o acervo de metas da Enasp.



LIÇÃO DE VIDA

Maria da Penha falou de sua história e sobre a Lei que pune a violência doméstica

Maria da Penha Maia Fernandes, biofarmacêutica que dá nome à lei protetora das mulheres vítimas da violência doméstica (nº 11.340/2006), honrou a Esmec em duas oportunidades somente este ano, ao comparecer em eventos e falar de seu exemplo de vida.

No dia 16/01, ela prestigiou a entrega de certificados para 30 mulheres residentes no entorno do prédio da Esmec (sobretudo da comunidade do Dendê), que fizeram cursos de Auxiliar de Pessoal e Auxiliar Administrativo, realizados de outubro a dezembro de 2013. A iniciativa do treinamento foi do Instituto Maria da Penha (IMP), em parceria com o Serviço Nacional do Comércio (Senac).

A Esmec esteve representada por seu Juiz Coordenador, Antonio Carlos Klein. O cordelista e músico Tião Simpatia declamou seu cordel sobre a Lei Maria da Penha e fez uma apresentação musical sobre a temática. Tião é um artista cearense que vem percorrendo o País – tendo participado até de evento promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU) –, levando uma reflexão sobre a violência contra a mulher.

Maria da Penha discorreu sobre seu drama familiar, falou do livro que escreveu (“Sobrevivi... posso contar”), da condenação do ex-marido (que atentou contra sua vida, deixando-a em uma cadeira de rodas), da Lei que leva seu nome (uma recomendação da

Organização dos Estados Americanos - OEA) e da necessidade de mais Delegacias da Mulher e Juizados de Violência Doméstica e Familiar.

Ela falou também das parcerias que o IMP vem realizando, com o intuito de levar esclarecimentos sobre os direitos da mulher e promover cursos para a comunidade. “Parabenizo todas essas mulheres que fizeram o curso profissionalizante do Senac, pois ele dará novas perspectivas para a vida de vocês”, disse a palestrante.

O Coordenador da Esmec, Antonio Carlos Klein, afirmou que a lição de vida de Maria da Penha mudou o País, no que se refere à tomada de consciência das mulheres contra a violência praticada por seus esposos e outros agressores. “A senhora será sempre lembrada pela geração atual e pelas gerações futuras, pelo seu exemplo de luta contra a violência doméstica”, destacou.

No dia 07/02, Maria da Penha contou mais uma vez sua trajetória pessoal, enfatizando a importância da Lei que pune a violência contra as mulheres. Desta feita, ela falou para os magistrados que participavam do curso “Novos Direitos e Alterações Legislativas: Revisão de Contrato Bancário, Dpvt e outros temas”, ministrado pelo professor Aluisio Gurgel, também válido como disciplina do IV Curso de Formação.



Curso para magistrados (07/02).